

Ataque à democracia

Após expor desconfiança, Lula exonera militares lotados nas residências oficiais

Governo dispensa 56 praças e oficiais das Forças Armadas e da PM do DF; demissões ocorrem em meio a críticas do presidente à segurança do Planalto durante atos extremistas

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

Depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarar que “perdeu a confiança” em parte dos militares da ativa, o governo federal dispensou 56 praças e oficiais das Forças Armadas e da Polícia Militar do Distrito Federal. O contingente exercia funções de confiança no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e na Secretaria-Geral da Presidência. Do total, 45 atuavam nas residências que serão usadas por Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e 11 desempenhavam outras tarefas de segurança.

Os atos de dispensa dos militares da ativa foram publicados ontem no *Diário Oficial* da União. A lista de demissões dos cargos comissionados traz militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A maior parte trabalhava nos cuidados nas residências oficiais da Presidência da República, como o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto. Mas havia também militares na estrutura do GSI, um deles no escritório de representação da Presidência no Rio de Janeiro.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que as exonerações atingiram cargos de “extrema confiança” e serão mais intensas a partir da semana que vem, sejam militares ou civis. “O grosso das nomeações e exonerações será feito a partir do dia 23 até o fim do mês.



Distrito Federal
Esquema de segurança reforçado

Agentes da Força Nacional trabalham no policiamento na Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinar intervenção federal na segurança do Distrito Federal. ●

Tem muita gente para sair e entrar”, disse Costa, ao deixar almoço com os comandantes das Forças Armadas no Ministério da Defesa. “O governo que saiu tem pouca ou nenhuma sintonia com o que entrou, o pensamento em todas as áreas é muito diferente, portanto não poderíamos conviver com os mesmos assessores. Alguém achava que íamos manter os assessores do governo anterior?”, questionou.

QUEIXAS. As demissões ocorrem num contexto de queixas

e críticas públicas do presidente a militares das Forças Armadas. As evidências de falhas na segurança do Planalto durante invasão de extremistas no dia 8 aumentaram a pressão sobre o ministro do GSI, general Marcos Edson Gonçalves Dias. Mesmo internamente, no governo, houve questionamentos à atuação do GSI e do Batalhão de Guarda Presidencial.

Ministros que despacham no Planalto, como o titular da Casa Civil, passaram a defender abertamente mudanças na equipe do GSI. Além disso, su-

geriram uma rotina de treinamentos de evacuação do edifício tombado para servidores e autoridades, em situações de ataque ao prédio.

Lula foi o primeiro chefe do Executivo a retirar os militares da ativa da função de ajudantes de ordens, um assessor militar de estrita confiança dos presidentes da República, com acesso a informações reservadas. Ao **Estadão**, o petista afirmou que “perdeu a confiança” nos militares da ativa que costumam ser designados para a função. O presidente citou ca-

sos de indisciplina de praças da ativa, da antiga equipe do GSI bolsonarista – um deles pregou a execução de petistas.

‘DESBOLSONARIZAÇÃO’. O presidente promove desde o primeiro dia de governo uma “desbolsonarização” da máquina pública, primeiro focada em cargos de chefia, mas que agora atingiu civis e militares do menor escalão. Ele afirmou na semana passada que nenhum “bolsonarista raiz” deveria permanecer no governo, sobretudo na Presidência.

O presidente já havia excluído os militares do GSI de sua segurança imediata. Lula entregou a função, popularmente conhecida como guarda-costas, a policiais federais. O petista criou a Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República. Por decreto, a previsão é de que a secretaria extraordinária seja extinta no fim de junho, quando as competências voltarão a ser exercidas “privativamente” pelo GSI. Mas o plano pode mudar.

“O presidente pediu que nós estudássemos o modelo de outros países. Estamos analisando para ver o melhor formato”, afirmou Costa. “Foi dado um prazo-limite de seis meses para esse modelo híbrido, da segurança mais direta e pessoal ser da PF e a mais distante ser do GSI, mas vamos apresentar uma proposta para que ele tome a decisão do modelo que quer implementar.” ●

Múcio articula reunião do presidente com comandantes das três Forças

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá se encontrar com os comandantes-gerais de Exército, Marinha e Aeronáutica. Na reunião, o petista deve abordar a postura de militares na invasão do Palácio do Planalto, da qual se queixou por ver “convivência” de alguns soldados, e falar sobre um assunto de interesse das Forças: os investimentos em projetos

estratégicos que demandam recursos bilionários.

O encontro com o presidente é organizado pelo ministro da Defesa, José Múcio, que tem atuado para distensionar a relação entre governo e militares. A reunião deve ocorrer ainda nesta semana, segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

ALMOÇO. A convite do ministro da Defesa, Costa participou de almoço prévio com os três comandantes ontem. Ao

sair, afirmou que as Forças Armadas não podem permanecer “contaminadas” pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas falou em evitar generalizações. “Não podemos permanecer com nossas instituições contaminadas por esse conceito de governo que se encerrou dia 31”, afirmou Costa.

“Não podemos misturar isso com eventuais comportamentos inadequados de um, dois ou dez, pessoas de instituições diferentes, sejam Forças

Armadas, Ministério Público ou Judiciário, que tiveram comportamentos que não deveriam ter ocorrido ao longo desse último período”, declarou o ministro da Casa Civil.

INVESTIMENTO. Para ele, Lula defende Forças que “sejam e pensem como projeto de Estado” e quer discutir com os comandantes a modernização da Defesa, com investimentos alinhados ao desenvolvimento de ciência e tecnologia. Assim, Lula tenta pôr em pauta tema do agrado dos comandantes.

Eles pleiteiam que o investimento federal em Defesa seja de ao menos 2% do PIB, uma cifra usada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (O-

tan). Costa defendeu aumento de aportes na Defesa, com a inovação do formato de Parceria Público-Privada (PPP).

O ministro afirmou ainda que os investimentos nos projetos estratégicos “cabem muito bem” no modelo de PPP. Se-

Virar a página
Rui Costa diz que as Forças Armadas não podem seguir ‘contaminadas’ pelo ex-presidente Bolsonaro

gundo ele, é preciso buscar novas formas de captar recursos para despesas militares, e os comandantes vão apresentar propostas a Lula. ● **EF.**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 7